

AS RELAÇÕES RÚSSIA – AMÉRICA LATINA: ARREGIMENTANDO PROCESSOS COOPERATIVOS AO ÂMBITO DA CEPAL

Larlecianne Piccoli¹

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar a possibilidade de arregimentar parcerias de cooperação internacional da Rússia com países latino americanos ao âmbito da CEPAL, e até que ponto eles atendem as premissas valorativas da Comissão. Para tanto, busca-se responder se há possibilidade de associar os projetos oriundos do novo impulso de cooperação entre Rússia e os países latino-americano ao escopo cepalino. A hipótese preliminar guia desta pesquisa indica que a Rússia está apta a se apresentar enquanto importante parceira aos países latino-americanos e caribenhos seja em termos econômicos, mas também político-estratégico, e que tal relacionamento possa servir enquanto oportunidade para alavancar projetos de caráter de cooperação técnica internacional que deem suporte ao desenvolvimento, seja econômico, social e/ou ambiental aos países envolvidos. Para desenvolver a pesquisa ponderou-se a análise de três passos analíticos, sucessivos e complementares: i) análise da CEPAL e a estrutura do pensamento cepalino acerca do desenvolvimento econômicos dos países; ii) a visão da CEPAL sobre a cooperação técnica e internacional enquanto alavanca do desenvolvimento; iii) a Rússia enquanto parceira dos países latino-americanos e caribenhos, em perspectiva histórica e na atual conjuntura. Os estudos que vinculam os temas aqui tratados são poucos e instigam a produção de novos conhecimentos. Ver-se-á ao final da pesquisa que os interesses geopolíticos estratégicos russo à região devem ser melhor aproveitados enquanto novas oportunidades para o desenvolvimento da América Latina.

Palavras-chave: CEPAL; América Latina; Rússia; Cooperação Internacional; Desenvolvimento.

¹ Doutoranda no Programa de Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI / UFRGS). Instituição/Afiliação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6936788547394070>

Abstract

This paper aims to analyze the possibility of bringing together international cooperation partnerships between Russia and Latin American countries within the scope of ECLAC, and to what extent they meet the Commission's assessment premises. It seeks to answer if there is a possibility of associating projects from the new impulse of cooperation between Russia and the Latin American countries to the organization's scope. The preliminary hypothesis of their search indicates that Russia is able to present itself as an important partner to the Latin American and Caribbean countries in both economic and political-strategic terms, and that such relationship can serve as an opportunity to leverage international technical cooperation that supports the economic, social and / or environmental development of the countries involved. In order to develop the research, the analysis of three analytical, successive and complementary steps was considered: i) an analysis of ECLAC analysis and its framework of thinking economic development in the countries; ii) ECLAC's vision on technical and international cooperation as a lever for development; iii) Russia as a partner for the Latin American and Caribbean countries, in historical perspective and in the current conjuncture. There are few studies which link the themes here discussed, therefore the importance of producing new knowledge and views about it. It will be seen at the end of their search that Russian strategic geopolitical interests in the region should be better exploited as new opportunities for the development of Latin America.

Keywords: ECLAC. Latin America. Russia. International Cooperation. Development.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se dispõe a analisar a possibilidade de arregimentar parcerias de cooperação internacional da Rússia com os países latino americanos no âmbito da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, e até que ponto essas atendem as premissas valorativas da Comissão. Acredita-se que as bruscas mudanças ocorridas no Sistema Internacional a partir do ingresso do novo milênio (aqui pondera-se os primeiros avanços rumo um ordenamento político mundial multipolar, a remodelação das bases tecnológicas da economia e sociedade no marco do acelerado processo de globalização, bem como a intensificação dos processos de desigualdade de desenvolvimento econômico no cenário mundial) tenham gerado um clima

(geo)político e econômico que obrigou os países latino-americanos e caribenhos reconsiderarem seu posicionamento nesse sistema. Assim, concomitante a um igual reposicionamento da CEPAL no Sistema Internacional, avaliam-se novas perspectivas de financiamento em mercados conhecidos, bem como de penetração naqueles mercados ainda não explorados. Da mesma forma, busca-se por fontes ao desenvolvimento econômico: seja em termos de novos mercados comerciais, mas também novos investidores às economias locais (financiamento e cooperação técnica).

Busca-se, então, compreender a viabilidade de projetos com a Rússia no âmbito cepalino. São inferidos enquanto guia do desenvolvimento da pesquisa os seguintes passos sucessivos e complementares: i) a CEPAL e a estrutura do pensamento cepalino acerca do desenvolvimento econômico dos países especialmente no tocante dos anos 2000; ii) a visão da CEPAL sobre a cooperação técnica internacional enquanto alavanca do desenvolvimento; para então adentrarmos na análise da iii) Rússia enquanto parceira dos países latino-americanos e caribenhos, em perspectiva histórica e na atual conjuntura; serão levantados iv) dados acerca de projetos já em desenvolvimento com a região para, por fim, v) vislumbrar como a CEPAL pode se valorar destas parcerias, arregimentando projetos com Moscou para seu núcleo de desenvolvimento.

Frente a dado contexto, acredita-se que a Rússia possa, e esteja, apta a se apresentar enquanto importante parceira aos países latino-americanos e caribenhos em termos econômico e político-estratégico. Pondera-se então que, no contexto da CEPAL, esta parceira possa servir de oportunidade para alavancar projetos de caráter de cooperação técnica internacional que deem suporte ao desenvolvimento na esfera econômica, social e/ou ambiental dos países envolvidos.

2 O PENSAMENTO CEPALINO SOB INFLUXO DO NOVO MILÊNIO: A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENQUANTO VIA DE DESENVOLVIMENTO

Ainda que não haja a possibilidade de discorrer acerca da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)² sem mencionar um breve histórico de seu surgimento, funções e ideais, importa ressaltar que o foco desta pesquisa concentra-se no papel desempenhado pela comissão a partir dos anos 2000, qual seja, o posicionamento tomado pela comissão para enfrentar as alterações e desafios da nova conjuntura sistêmica. Desde suas raízes, a CEPAL surge motivada pela reflexão acerca da problemática do subdesenvolvimento da região, pauta principal de sua agenda a qual aposta no Estado enquanto agente central dos processos de desenvolvimento econômico da região.

Compete ressaltar que o pensamento cepalino possui traços analíticos comuns que perpassam épocas e linhas de análise. Em primeiro lugar está o enfoque *histórico-estruturalista* que caracterizava a relação desigual entre os países desenvolvidos e industrializados (centrais) e os países da América Latina (periféricos), estabelecendo a relação centro-periferia. Em sincronia com esta relação centro-periferia está a análise da *inserção internacional* dos países latino-americano e caribenhos: condicionada à venda/exportação de produtos primários e à importação de bens manufaturados de valor agregado. O pensamento cepalino se propõe a delinear políticas as quais interpelavam este enfoque histórico-estruturalista e o conseqüente modelo de inserção internacional posto à região, valorando projetos que impulsionavam o desenvolvimento industrial –alavanca à evolução dos demais setores. Pondera-se ainda os *condicionantes estruturais endógenos* ao crescimento e progresso

² Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, foi estabelecida pela Resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, tendo iniciado atividades no mesmo ano. A perspectiva de análise cepalina se especializava então no exame das tendências econômicas e sociais dos países da América Latina, tendo o médio e longo prazo enquanto escopo de alcance (CEPAL, 2016; BIELSCHOWSKY, 1998).

técnicos que dificultavam a inserção internacional dos países da região e impediam a sustentação do crescimento econômico. E, finalmente, a análise da *ação do Estado* como agente indutor do desenvolvimento. Para Prebisch (1949) a superação do subdesenvolvimento econômico da América Latina e do caráter dependente e periférico da região somente se daria com a ativa participação estatal (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Ao fim e ao cabo a CEPAL se preocupa com a participação ativa do Estado na economia para promover os investimentos e ações necessárias para que haja uma promoção e desenvolvimento econômico dos países. Desta forma poder-se-á superar as mazelas do subdesenvolvimento.

2.1 O INFLUXO DO NOVO MILÊNIO: CRESCIMENTO, CRISE E REAVALIAÇÕES – A COOPERAÇÃO TÉCNICA COMO VIA DE DESENVOLVIMENTO?

Ademais da linearidade do pensamento cepalino (ao qual infere-se o histórico-estruturalista, a necessidade de inserção internacional, a análise de condicionantes estruturais endógenos e via primordial de ação do Estado) são perceptíveis, ao longo das décadas, algumas alterações do foco central da força motriz da CEPAL. É inteligível que tais variações se dão no compasso das mudanças estruturais do sistema internacional. Ver-se-á então, que não se passou imune à vira da milênio, tendo essa se configurado de fundamental importância ao pensamento cepalino: seja pelo novo cenário econômico posto e, posteriormente, pelos desafios enfrentados ao passo da crise econômica de 2008. Neste sentido, ademais ser parte da gênese da CEPAL e visto já ser um dos principais instrumentos para executar programas de trabalho, acredita-se que a cooperação técnica internacional se coloque com uma importante

ferramenta no processo de apoio ao desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

O novo milênio anuncia a emergência de um contexto internacional economicamente favorável: fontes de financiamento externo, melhorias nos termos de troca e crescente demanda por matérias-primas (principalmente alçada pela pujança econômica asiática - leia-se especificamente China), refletiram uma retomada do crescimento dos países da região. Carlos Quenan ressalta que, beneficiado por um entorno internacional favorável, o período entre 2003 e 2008 permitiu que a América Latina registra-se forte crescimento econômico, comparável ao vivido no pós Segunda Guerra Mundial. O autor vai além e considera que

se nos anos 1980 e 1990 a América Latina se distinguiu por seu caráter medíocre e volátil de sua atividade econômica, a partir dos anos 2000, e em particular entre 2003 e 2008, seu crescimento econômico foi muito mais dinâmico. Em um contexto internacional favorável que se refletiu em um melhora substancial dos termos de intercâmbio e em um maior acesso ao financiamento internacional, a região implementou políticas macroeconômicas rigorosas e reduziu sua vulnerabilidade financeira o que lhe permitiu resistir a crise econômica global que desencadeada em 2007-2008 (QUENAN, 2014, p. 25 - tradução da autora).

O cenário econômico mundial, a partir de 2008, de grande recessão aos países desenvolvidos foi sentido nos países latino-americanos frente a queda dos preços de matérias-primas e a contração dos fluxos financeiros, que refletiram uma contração da atividade econômica da região com um todo. No entanto, como adianta Quenan (2014) na citação acima, diferente de outros períodos, a região apresentou uma ampla capacidade de resiliência: evitou-se uma recessão mais profunda, resultado da convergência de vários fatores que agiram em perspectiva à redução da vulnerabilidade financeira. Assim, foram

exequíveis medidas “contra-cíclicas”, como por exemplo fomentar a demanda interna, para reativar o crescimento econômico da região.

A atual conjuntura já não favorece tamanha resiliência, revelando um início de deterioração dos fatores macroeconômicos fundamentais à esta superação da crise de 2008.

Tabela 01 – Crescimento do PIB (média, em porcentagem)

	2003-2008	2009-2012	Diferença (%)
Argentina	8,5	5,2	-3,3
Bolívia	4,5	4,5	0,0
Brasil	4,2	2,7	-1,5
Chile	5,1	4,1	-1,0
Colômbia	5,2	4,1	-1,1
Equador	4,9	4,3	-0,5
México	3,0	1,8	-1,2
Paraguai	4,5	3,1	-1,4
Peru	7,0	5,7	-1,3
Uruguai	5,3	5,2	-0,1
Venezuela	7,5	1,3	-6,2

Fonte: QUENAN, 2014, p.45 – adaptado pela autora.

Os percentuais de crescimento do PIB, conforme dados da Tabela 01, são factuais desta mudança no curso econômico no período pós crise de 2008: salvo Bolívia, Uruguai e Equador, os quais tiveram redução inferior a um ponto percentual ao período analisado, os demais países listados apresentaram contenção taxadas a mais de 1%, tendo especial destaque os índices de Argentina e Venezuela respectivamente 3,3% e 6,2% de redução no PIB.

Infere-se que a cooperação internacional represente um importante instrumento para induzir um crescimento econômico abrangente aos países latino-americanos. Haffner (2002) aponta que desde a origem da Comissão conjecturava-se que para alavancar o desenvolvimento era necessário a unir esforços em torno da cooperação técnica interna e externa. Para tanto, afe-

a necessidade de avançar uma linha de pensamento que configure políticas de cooperação internacional. Segundo Rodríguez (*apud* Haffner, 2002)

com relação à assistência técnica, recomenda-se a colaboração internacional na investigação e inventário dos recursos naturais e na capacitação de pessoal. Além disso, dá-se especial importância à necessidade de uma nova orientação da tecnologia em países de escasso capital e de uma cooperação internacional para a investigação científica e tecnológica que sirva de base a essa reorientação (RODRÍGUEZ, 1981, p. 166 *apud* HAFFNER, 2002, p. 98).

A cooperação técnica então, se coloca como principal ferramenta para a execução dos programas de trabalho da CEPAL e, é e seu âmbito, que a cooperação internacional ganha espaço na comissão. Abarcando uma variada sorte operacional os projetos de cooperação técnica possuem três principais vias de financiamento: i) Programa Ordinário de Cooperação Técnica; ii) Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas e iii) Programas e Projetos Extra-Orçamentários (CEPAL, 2016). Neste último a cooperação internacional, de financiamento diverso, é claramente alçada à participação da Federação Russa.

O primeiro componente - Programa Ordinário de Cooperação Técnica - fora criado em 1946 (Resolução 58 (I) da Assembleia Geral), e é financiado pelo orçamento ordinário das Nações Unidas. Tal programa busca ampliar a capacidades dos governos em formular e implementar políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento econômico e social sustentável, tendo como foco de ação e objetivo primordial alcançar as metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente como os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio³”. Este fundo dá amplo escopo de ação e flexibilidade para que a CEPAL tenha capacidade rápida de ação frente aos requerimentos dos países latino-

³Os Objetivos do Milênio foram aprovados em setembro de 2000 por 189 Estados membros da Organização das Nações Unidas, e pautam o desenvolvimento sustentável dos países aos próximos anos. São eles: redução da pobreza; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HVI/Aids, a malária e outras doenças; garantir sustentabilidade ambiental; estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento (PNUD Brasil, 2016: online).

americanos e, principalmente, frente às demandas imprevistas que exijam atuação ágil e eficaz.

Em termos da Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas, esta foi criada em 1997 (Resolução 52/12 B – Assembleia Geral), a fim de servir como um mecanismo para canalizar recursos do orçamento ordinário em prol de dez entidades que fomentam componente de caráter desenvolvimentista em seus projetos⁴. Tal escopo cooperativo já resultou em mais de 302 projetos desenvolvidos em nove âmbitos, totalizando U\$ 181,3 milhões de dólares em inversões.

É no componente dos Programas e Projetos Extra-Orçamentários que credita-se o objeto específico deste trabalho, arranjos de cooperação interestatal arregimentados ao âmbito da CEPAL. Tratam-se de programas e projetos financiados com recursos extra-orçamentários que complementam as atividades financiadas com recursos regulares da comissão. Salienta-se que tal aporte financeiro advém de diversas fontes: estatais (cooperação direta com outros governos), e não estatais (cooperação com organizações multilaterais, centros acadêmicos e/ou fundações e organizações não-governamentais), aumentando assim a capacidade de resposta da CEPAL às demandas de seus Estados membros. Importa o enfoque multi-setorial dado pela CEPAL aos projetos, abrangendo diversas áreas de cooperação e gerando investigações comparativas entre países da região e com países de outras regiões, atividade de assistência técnica, oficinas, seminários e cursos de capacitação, bem como o desenvolvimento de base de dados e a articulação de redes de especialistas. A Comissão acredita que esta se configura em uma via de cooperação a qual contribuirá para potencializar os vínculos dos países latino-americanos e

⁴São elas: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DAES), as cinco comissões regionais das Nações Unidas – e aqui se inclui a CEPAL, a Conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Hábitat) e a Oficina das Nações Unidas contra as Drogas e Delitos (UNODC) (CEPAL, 2016).

caribenhos com a agenda mundial e, igualmente, facilitar o intercâmbio entre diversos atores, maximizando os resultados das interações entre os envolvidos.

De acordo com o último relatório específico ao tema (*Informe de las Actividades de Cooperación Técnica realizadas por el Sistema de la CEPAL durante el biênio 2014-2015*), os programas de cooperação técnica tem sido fundamentais para aumentar a capacidade de resposta aos requerimentos dos países, tendo se transformado em uma plataforma fundamental para o intercâmbio de conhecimento e experiências. Os variados projetos, em suas variadas modalidades (capacitações, assistência técnica, seminários, fóruns, diálogo técnico-político) tem se fundamentado enquanto instrumentos importantes para fortalecer não apenas os países envolvidos diretamente, mas também para consolidar capacidades regionais e espaços de cooperação intra e inter-regional, além do âmbito da Cooperação Sul-Sul. No último biênio foram 798 missões de cooperação técnica das quais: 455 vinculadas a temas econômicos, 203 a temas sociais e 140 a temas ambientais - três dimensões majoritárias ao desenvolvimento sustentável (CEPAL, 2016).

Aqui faz-se um adendo sobre a Cooperação Sul-Sul⁵, não se pretendendo esta análise às questões teóricas envoltas ao tema, mas sim, apontando como esta dinâmica de cooperação internacional vem sendo utilizada como uma opção à cooperação técnica com vias ao desenvolvimento da região. A relevância desta dinâmica de cooperação internacional é constatada quando da formação do Comitê de Cooperação Sul-Sul (Resolução 58/220 - Assembleia Geral) cujo principal objetivo é o fortalecimento das atividades de cooperação

⁵Uma definição consensual sobre Cooperação Sul-Sul é posta no item 18 da Resolução 64/222 da Assembleia Geral das Nações Unidas (21 de dezembro de 2009): “Reafirmamos que a cooperação Sul-Sul é uma iniciativa comum dos povos e dos países do Sul, advinda de experiências compartilhadas e afinidades, com base em objetivos e uma solidariedade comum, e guiada dentre outras coisas, pelos princípios de respeito à soberania e aos direitos nacionais, livres de qualquer condicionalidade. A cooperação Sul-Sul não deveria ser considerada assistência oficial para o desenvolvimento. Trata-se de uma associação de colaboração entre iguais baseada na solidariedade” (UN, 2009).

internacional (seja de âmbito Sul-Sul, Norte-Sul e multilateral) para o desenvolvimento regional.

O invólucro da crise econômica e financeira global provocou uma considerável queda nos fluxos de financiamento ao desenvolvimento, sejam internos e externos. Frente a esta contração, observam-se movimentos chave a fim de potencializar o sistema internacional de cooperação ao qual se faz presente a cooperação Sul-Sul:

para os países da região [América Latina e Caribe] o cenário pós-crise apresenta uma oportunidade importante para intensificar os mecanismos de cooperação Sul-Sul [...]. [...] o mundo se caracterizará por maior dinamismo das economias emergentes em comparação com as desenvolvidas e neste marco devem reforçar-se [...] as formas de cooperação. Neste sentido, os países emergentes com maior desenvolvimento relativo e dinamismo são chamados a potencializar sua liderança no sistema de cooperação internacional mediante a provisão de bens públicos regionais e globais, a geração de importantes avanços tecnológicos e produtivos, o fomento da integração comercial e financeira, e a sustentabilidade do meio ambiente, entre outros (CEPAL, 2010, p.4).

Não obstante, ressalta-se que os projetos e fluxos financeiros advindos da cooperação Sul-Sul não devam substituir o aporte cooperativo dito tradicional, e sim deva operar em paralelo a estes, enquanto via complementar (CEPAL, 2010). Entretanto, compete ressaltar que a convergência aos propósitos da cooperação Sul-Sul levam em sua esteira o fato de não estabelecerem contrapartidas ao seu auxílio, o que regozija as relações entre estes países. Ademais de possíveis questionamentos acerca do enquadramento da Federação Russa ao conceito, é plausível que sua qualificação se dê frente à consideração desta como economia emergente. E também, como veremos a seguir, por seu posicionamento favorável a uma multiplicidade do sistema internacional: seja

em termos de polaridade, seja em termos de agenda e, igualmente, por sua inquietude à arquitetura financeira internacional vigente.

Retomando aspectos factuais de cooperação técnica já empreendida pela CEPAL, e desta forma crê-se melhor vislumbrar a arremetimento de futuros projetos com Moscou, traz-se alguns dados sobre fontes bilaterais ⁶ e multilaterais⁷ da ordem dos Programas e Projetos Extra-Orçamentários.

O Quadro 01 (abaixo), aponta que ademais dos impactos da Crise de 2008, a queda dos aportes de financiamento à cooperação técnica é diminuta, visto que os investimentos terem sido alavancados essencialmente por uma maior participação dos próprios governos latino-americanos e caribenhos. Em termos de participações bilaterais externas (governos de outros países, organizações não-governamentais) os índices apresentam baixa considerável, em especial se analisados os impactos negativos que a cessão destes projetos podem configurar à América Latina. As organizações acadêmicas, mesmo que tímida, apresentam melhora nos aportes destinados à cooperação.

⁶Segundo relatório analisado, as fontes de financiamentos bilaterais se constituem em governos, organizações não-governamentais e organizações acadêmicas.

⁷ Os aportes multilaterais advêm do sistema das Nações Unidas (PNUD, UNFPA, UNICEF, FAO, PNUMA, UNOPS, etc.), bem como da Comissão Europeia, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), entre outros. Não serão trabalhados neste artigo especificamente tais investimentos. Os mesmo podem ser acessados no relatório consultado. (CEPAL, 2016).

Quadro 01 – Gastos em Cooperação Técnica da CEPAL por fonte Bilaterais
(Biênios 2010-2011; 2012-2013 e 2014-2015)
(em milhões de dólares e percentuais de financiamento total)

GASTOS EN COOPERACIÓN TÉCNICA DE LA CEPAL FINANCIADOS POR FUENTES BILATERALES, BIENIOS 2010-2011, 2012-2013 Y 2014-2015						
<i>(En millones de dólares y porcentajes del financiamiento total)</i>						
FUENTE DE RECURSOS	2010-2011	2012-2013	2014-2015	2010-2011	2012-2013	2014-2015
	<i>(millones de dólares)</i>			<i>(porcentajes del total del gasto en cooperación técnica)</i>		
Gobiernos de América Latina y el Caribe	4,70	3,30	5,53	11,70	9,90	20,30
Gobiernos de otros países	10,55	8,98	6,32	26,20	27,00	23,20
Alemania	2,90	3,23	2,98	7,20	9,70	10,95
Australia	-	0,91	-	-	2,73	-
Canadá	0,70	0,67	0,20	1,74	2,01	0,74
Dinamarca	0,20	0,37	-	0,50	1,11	-
España	3,80	2,63	0,94	9,43	7,90	3,45
Francia	0,20	0,43	0,26	0,50	1,29	0,96
Italia	0,30	0,06	-	0,74	0,18	0,02
Japón	0,05	0,05	0,01	0,12	0,15	0,03
Luxemburgo	-	-	0,12	-	-	0,46
Mozambique	-	-	0,05	-	-	0,19
Noruega	-	0,19	0,96	-	0,57	3,52
Reino Unido	1,50	0,16	-	3,72	0,48	-
República de Corea	0,30	0,28	0,78	0,74	0,84	2,88
Suecia	0,60	-	-	1,49	-	-
Organizaciones no gubernamentales	1,80	0,61	0,57	4,47	1,83	2,10
Fundación EU-LAC	-	-	0,01	-	-	0,04
Fundación Ford	-	0,17	0,41	-	0,51	1,49
Fundación Kellogg	1,20	0,03	-	2,98	0,09	-
Fundación Telefónica	-	0,05	-	-	0,15	0,01
Fundación Rockefeller	-	0,16	0,09	-	0,48	0,32
Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas (FILAPP)	-	0,06	0,05	-	0,18	0,19
Otros	0,60	0,14	0,01	1,49	0,42	0,04
Organizaciones académicas	-	0,04	0,07	-	0,12	0,30
Total del financiamiento de fuentes bilaterales	17,05	12,93	12,49	40,92	37,52	45,89
Total del gasto en cooperación técnica (con financiamiento de fuentes bilaterales y multilaterales)	40,30	33,31	27,22	100,00	100,00	100,00

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

Fonte: CEPAL, 2016, p.14

Frente aos dados apresentados neste relatório técnico (CEPAL, 2016), fica evidente que os impactos da retração econômica e financeira mundial atingiram em grande medida países do núcleo orgânico desenvolvido. Houve retração de aportes de países como Alemanha, Canadá, Espanha, França, Japão, e outros (Austrália, Dinamarca, Itália, Reino Unido, Suécia) não apresentam aportes ao último biênio. Frente ao cenário, sublinha-se a participação de Luxemburgo, Moçambique, Noruega e da República da Coreia⁸. No geral, as organizações

⁸ As principais doações bilaterais no último biênio foram provenientes dos seguintes esforços de cooperação com a CEPAL: Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento (CIID – via do qual se estabelece o processo cooperativo com o Canadá), governo da República da Coreia, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), Governo da França, Governo do Japão, Agência Luxemburguesa para a Cooperação do Desenvolvimento (Luxdev) e

não-governamentais listadas apresentaram queda e, até mesmo, cessão, de influxos financeiros à cooperação técnica.

Cabe ainda ressaltar que em termos nominais, frente as profundas mudanças estruturais das quais carece a região, os valores invertidos à cooperação técnica inferem-se singelos. No entanto, é notório o esforço empreendido nestes variados projetos de cooperação indicando que, ademais do estreito orçamento, as iniciativas se mostram fundamentais para instigar propostas ao avanço socioeconômico e político da região. Mostra-se evidente que há espaço para novos investimentos, sejam eles frutos de relações bi ou multilaterais, auferindo indicativo positivo à proposta inicial desta pesquisa: analisar qual a possibilidade de arregimentar as parcerias de cooperação internacional da Rússia com os países latino americanos para o âmbito da CEPAL.

3 A COOPERAÇÃO RÚSSIA-AMÉRICA LATINA: OPÇÃO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO - HISTÓRICO E HORIZONTE COOPERATIVO

Pari passu a esta formação do pensamento cepalino configura importante a análise, mesmo que breve, do curso histórico de constituição da América Latina e de sua relação com o Sistema Internacional. Havendo uma intrínseca conexão entre a formação dos territórios da América Latina, tal qual conhecemos hoje, e fatores externos⁹: via metrópoles colonizadoras ou grandes potências em busca de mercados.

Governo da Noruega. Reitera-se que os projetos abarcam a dimensão do desenvolvimento em seu âmbito econômico, social e ambiental.

⁹No entanto, não se exclui os fatores endógenos que alçaram, por exemplo, os movimentos independentistas das colônias espanholas e portuguesas. Cabe aqui ressaltar que, visto o escopo de cooperação externa dado ao

Destarte, alinha-se claro o histórico de dependência dos países latino-americanos às economias centrais. As mudanças dos anos 2000 e o maior empoderamento da América Latina em termos de autonomia de ação no Sistema Internacional inferem clara possibilidade de avanço no desenvolvimento dos países. Isto é dedutível também na multiplicidade de parceiros que, às vias do pensamento cepalino é factual de redução de dependência externa, ainda mais se ponderadas relações cooperativas em termos de transferência de *know-how*, ciência e tecnologia e as benesses dessas advindas.

O mundo pós-crise se caracterizará, pelo menos no médio prazo, por taxas de crescimento mundiais inferiores às taxas do período anterior à crise e por menor dinamismo das economias desenvolvidas. Por sua vez, esta ausência de impulso para retomar o crescimento econômico mundial por parte das economias desenvolvidas será compensada, em parte, por um papel mais destacado das economias emergentes, que serão essenciais como dinamizadores da recuperação (CEPAL, 2010, p. 6).

Neste escopo de multiplicidade de parceiros e multilateralização econômica, a Rússia se coloca enquanto importante parceiro, ao qual dá-se ênfase a partir desta sessão do trabalho, conquanto tema central deste. Atenta-se que as análises deixam em aberto eventuais impactos ocasionados pelas mudanças de governo em países chave da região¹⁰. Tem-se claro que tais alterações impingem no posicionamento destes países no Sistema Internacional, mas, no entanto, acredita-se que ainda não há evidências relevantes que apontem para uma brusca mudança no curso das relações com a Federação Russa, como ruptura de relações e/ou projetos. Outrossim, é cabida a análise.

trabalho, não serão abordadas aqui questões específicas sobre estes processos endógenos à região. Para melhor leitura vide Demétrio Boesner, 1996.

¹⁰ Salienta-se que o presente artigo foi escrito concomitante ao processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, por ora não considerando eventuais redirecionamentos em termos de política externa do país.

As relações da Rússia com a América Latina remontam a um ambiente histórico o qual nos reporta ao século XVIII e que se pautou, dentre outros aspectos, pelo ímpeto estratégico de proteção a seu território¹¹, pela presença civil-governamental¹² via invasão e colonização russa da América Hispana, pelas ondas imigratórias a princípios dos séculos XIX e até a época contemporânea, bem como pelas alianças políticas bi e multilaterais firmadas no período soviético (URSS-Cuba, 1961) e pós soviético (Rússia-Venezuela, Rússia-Brasil, BRICS, etc.) (BARRAGY, 1961; HALUANI, 2013).

Importa notar que a América Latina não passa imune às pressões advindas do sistema bipolar característico do período da Guerra Fria (embate político-ideológico-econômico entre as então superpotências Estados Unidos e URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). A relação com alguns países começa a denegrir já com o processo da Revolução Russa (1917) e a instauração do regime comunista no país, indicando que a ideologia do novo regime político russo gerará restrições ao relacionamento com países da região (o Brasil é exemplo a ser notado). Ao período da bipolaridade, a vasta influência dos Estados Unidos no continente afasta e, porventura, hostiliza qualquer menção de aproximação com a URSS (BACIGALUPO, 2000). Não obstante, na esteira do Movimento dos Países Não-Alinhados, surgem processos que lateralizam o escopo ideológico e preconizam as relações econômicas com os soviéticos, tendo nítido foco no desenvolvimento que estas possam representar aos países latino-americanos. Tais ímpetos de política

¹¹Aqui faz-se referência à criação da chamada *América Russa*, e refere-se primordialmente à fronteira estabelecida com os Estados Unidos da América, via Estreito de Bering, e posteriormente pelas negociações em torno do que constitui hoje o território norte-americano do Alasca. Para aprofundar o debate vide Makram Haluani (2013).

¹²A referência aqui é ao estudo desenvolvido por Terrence J. Barragy, cujo trabalho tangencia as relações entre Francisco de Miranda (espanhol, precursor da independência venezuelana) e da czarina russa Catarina II, a Grande, e o envolvimento do então império russo na libertação da América Hispana do imperialismo espanhol. Salvo a conotação humanista dada pelos líderes soviéticos a esta etapa, na qual a preocupação mostrada era dos russos para com a libertação dos povos latino-americanos do jugo colonial espanhol, Barragy ressalta que o ímpeto e os interesses da czarina na América do Sul também eram imperialistas, remontando minimamente a aspectos humanitários (BARRAGY, 1961).

externa destes países, afirmam os interesses pautados pela CEPAL de desenvolvimento econômico e industrial como via de superação do subdesenvolvimento e melhor inserção internacional da América Latina no SI. Salvo processos com forte vinculação ideológica, como Cuba e Nicarágua, tais movimentos foram sufocados pela ingerência norte-americana no continente ao passo das ditaduras militares por aqui fixadas, o que estagnou as relações até meados finais da década de 1980. Na análise de Bacigalupo (2000):

[...] [o] processo de reforma econômica e política soviética, conhecido como Perestroika [...] também implicou mudanças na percepção sobre a América Latina e, em consequência, na política soviética em relação à região. Ao privilegiar o aspecto econômico como um dos componentes chave da reforma doméstica, as relações exteriores também começam a se estabelecer a partir de Moscou em termos de custos, benefícios e equilíbrios na arena puramente econômica. A política externa soviética em relação à América Latina busca fortalecer os vínculos com os países latino-americanos de maior desenvolvimento relativo, como Brasil, Argentina e México, procurando, por um lado, incrementar as exportações soviéticas, geralmente de menor volume do que as importações (BACIGALUPO, 2000, p. 61).

A autora chama atenção, para o relacionamento com o Brasil, cujas necessidades de industrialização e investimentos em infraestrutura pautaram o estabelecimento de parcerias como a Technopromexport-USimec para construção de equipamento energéticos, a Tiazhpromexport-Vale do Rio Doce para instalação de indústria produtora de ferro e manganês, assim como parcerias de cooperação técnica conjunta em projetos hidroelétricos e para a construção de rodovias no Peru, e além mar, como em Angola e na Etiópia.

O período 1991-2000 (assinalado pelo colapso da URSS e pela ascensão de Vladimir Putin ao poder) foi de pesada reestruturação à Federação Russa, manifestado em toda forma de instabilidade política e econômica ao país, ausentando-se de muitos dos influxos internacionais (MANKOFF, 2009;

SHEVTSOVA, 2007; SEGRILLO, 2000). Entretanto, ao segundo mandato de Bóris Yeltsin(1996-2000) um redirecionamento na política externa, a partir das premissas de EvgenyPirmakov, busca restituir seu papel no ambiente internacional, pautando dentre outros aspectos a importância do relacionamento com a América Latina. O tom do relacionamento com a América Latina vem na esteira da manutenção do status sistêmico da Rússia: “restabelecer parte da influência internacional que teve em seus tempos de superpotência e abrir novos mercados [para as exportações industriais russas]” (SHEYKINA, 2010, p. 191 *apud* HALUANI, 2013, p. 98).

As mudanças no posicionamento russo frente ao sistema internacional são críveis a partir da análise de seus documentos de política externa¹³. Em sua amplitude tratam do (re)posicionamento russo na arena internacional com vistas a manutenção de seus status de grande potência, frente a uma reconfiguração de um sistema à um escopo multipolar, multivetorial e abrangente de ação (RUSSIA, 2000; 2008; 2013). A América Latina é enfatizada no documento de 2013 em suas cláusulas 92 e 93:

92. Dado o crescimento do papel da região nos assuntos internacionais, a Rússia continuará a reforçar de forma abrangente suas relações com os países da América Latina e Caribe. O desenvolvimento de parcerias de cooperação estratégica com o Brasil, incluindo o âmbito dos BRICS, assim como as relações parceiras com Argentina, Venezuela, Cuba, México, Nicarágua e outros países latino-americanos e caribenhos, focadas na expansão das interações políticas, promoção comercial, investimentos econômicos, inovação, cooperação cultural e humanitária, respostas combinadas aos novos desafios e ameaças, assegurando a posição das empresas russas no desenvolvimento econômico regional através dos dinâmicos setores industrial, de energia, comunicações e de transportes. 93. A Rússia buscará consolidar seus laços com seus parceiros latino-americanos nos fóruns regionais e

¹³ O Conceito da Política Exterior da Federação Russa é um documento que tangencia as diretrizes de ação do país no sistema internacional. Entre 2000 e 2016, foram lançados 03 (três) versões do documento (RUSSIA, 2000, 2008, 2013).

internacionais, expandindo a cooperação com organizações multilaterais na América Latina e no Caribe, em particular com a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribe (CELAC) e com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). (RUSSIA, 2013: online – tradução da autora).

De fato o discurso documental russo vem se traduzindo em bilhões de dólares em contratos, projetos conjuntos em diversas esferas, desenvolvimento de tecnologias de ponta, relações diplomáticas aprofundadas por recorrentes visitas de chanceleres e do Executivo. Um despertar significativo da consciência russa sobre o posicionamento estratégico da América Latina, cujas parcerias buscam atender desde a proximidade de posições sobre questões chave no sistema até interação bilateral em cooperação em projetos técnicos (militar, energia nuclear, infraestrutura, etc.), bem como aprofundamento das relações comerciais (PANIEV, 2012; DAVYDOV, 2016).

Em termos comerciais, o Serviço Federal de Estatísticas da Federação Russa aponta um incremento nas relações comerciais entre a Rússia e países latino-americanos (vide Quadro 1 - abaixo). É evidente que tais números não alcançam as importantes dimensões do comércio com China e Estados Unidos, no entanto, em comparação a presença quase nula da década de 1990, há uma significativa participação.

Quadro 01 - Comércio da Rússia com Países Latino-americanos.

(em milhões de US\$)

País	1992	2000	2008	2010	2012	2014
Argentina	150,5	122,9	1.975,9	1.124,1	1.571	1.339
Brasil	146,8	645,9	6.711,2	5.874,5	5.664	6.335
Chile	22,4	19,5	364,7	356,6	**	**
Cuba	832,1	385,2	265,1	276	219,6	162,8
Equador	14,9	185,2	935,7	974,1	**	**
México	19	156,7	1.230,9	768,8	1.587	2.163
Panamá	**	186,3	44,5*	70,4	32,6	56,2
Peru	19,2	35,7	327,6	328	**	**
Venezuela	22,1	67,7	957,8	165,3	**	**

* dados de 2009** dados não disponíveis

Fonte: PANIEV, 2012; ROSSTAT, 2016.

Da mesma forma que aponta Yuri Paniev (2012), pondera-se que tal incremento do volume comercial entre as partes é resultado da capacidade russa em arremeter uma política comercial mais proveitosa para suas empresas¹⁴, bem como, do fomento cooperativo com a região.

Chamam atenção projetos bilaterais que, ademais que impulsionar as economias locais, podem alçar o desenvolvimento regional como um todo. Em 2010 Rússia e Argentina lançaram um “pacote” de cooperação que envolve desde (i) cooperação para uso pacífico de energia atômica, incluindo auxílio da Rosatom na construção da planta de energia nuclear Atucha III; (ii) cooperação no uso e desenvolvimento do sistema russo de navegação via sat;elite (GLONASS) em conjunto entre a Roskosmos e o CONAE; (iii) modernização da planta nuclear “9 de Julho”; (iv) participação da Russian Railways JSC na modernização da rede ferroviária argentina; (v) participação da “All-RussiaResearchInstituteofGeologyOverseas” na prospecção de reservas de hidrocarbonetos e minerais em subsolo argentino (PANIEV, 2012).

¹⁴ Recentemente a América Latina tem aberto seus mercados para grandes corporações russas: Gazprom, United Aircraft Corporation (UAC), InterRAO, Power Machines, RZD (Ferrovias Russas), Rosatom.

Na Venezuela, muito impulsionada pelo posicionamento do governo de Hugo Chaves, avançaram os investimentos na indústria de energia, com efetiva participação da GazpromNeft, Rosneft, LUKoil, Surgutneftegas, TNK-BP, criando diversos postos de empregos no país. Já no Equador e na Nicarágua, um dos principais focos de investimento é o setor logístico. Na Nicarágua fora estabelecida uma rota direta de containers interligando os mercados de Guayaquil e São Petersburgo, impulsionando o comércio entre os países. Ainda neste país, Moscou tem direcionado influxos financeiros para investimentos na agricultura e na indústria alimentícia, bem como na produção bananeira no país. Na Nicarágua o projeto chama atenção por sua magnitude, trata-se de um novo Canal Transoceânico, uma nova via que une o Oceano Atlântico ao Pacífico enquanto alternativa ao Canal do Panamá. Angariado por Rússia e China, o custo total do projeto é de cerca de U\$ 50 bilhões (a maior acionária é a empresa chinesa HKND) e tem previsão de inauguração em 2019. A parte do discurso comercial, são vastas as inferências em torno de um denominador político-estratégico da Rússia na região: uma reação ao aumento da presença ocidental no leste europeu (PESOV, 2015).

Outro ponto que importa ressaltar é o aumento exponencial da compra de armamentos russos pelas maiores economias da América Latina, incrementando a indústria bélica e oportunizando transferência de tecnologia e *know-how*. No tocante ao Brasil, entre o rol das aquisições de equipamentos militares russos importa destacar a aquisição do HIND MI-24 (fornecido ao Brasil como MI-35) – já em serviço no teatro de operações da Amazônia; mísseis portáteis terra-ar (Man-portableair-defense systems – MANPADS), misseis antitanque portáteis (Man-portableanti-tank systems – MANPATs); sistemas aéreos Pantsir S1 (nomenclatura OTAN: SA-22), além da cooperação na construção de veículos automotores de transportes de tropas e utilitários. Por mais modesto que o intercâmbio possa parecer frente aos padrões do setor e/ou

o montante financeiro, cumpre registrar que as negociações registram-se sem precedentes em se tratando de relações militares Brasil-Rússia.

Halvani (2013), especifica ainda a venda dos seguintes equipamentos para a região:

[...] helicópteros militares Mi-8, Mi-17, Mi-24 para Venezuela, México, Colômbia e Peru. Aviões de combate Su-30 e mísseis antiaéreos Iglá -S para Venezuela e MiG-29 para o Peru. México, Argentina e Chile planejam lançar seus próprios satélites espaciais via foguetes russos lançados desde Baikanur, Cazaquistão. O Brasil construir a base espacial de Alcânta-MA via cooperação russa. A empresa russa SilovyeMashinii está presente no México, Brasil e Chile, enquanto na Venezuela já está em operação uma fábrica de rifles Kalashnikov AK103, e uma fábrica da Avtovaz no Equador (HALUANI, 2013, p. 106).

Outra inferência válida é o impulso dado pelas sanções econômicas impostas à Rússia por conta da Crise da Ucrânia às relações comerciais com a região. O bloqueio econômico à Rússia e as restrições de comércio com países europeus, levaram Moscou buscar mercados alternativos seja para venda de produtos e compra de suprimentos básicos ao país, e neste sentido, a América Latina se mostrou importante nicho de negócios. Compete ressaltar ainda a neutralidade dos governos latino-americanos em relação à Crise Ucraniana, o que impulsionou ainda mais as relações entre as partes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que o interesse russo nas relações com a América Latina estão ao alcance da geoestratégia de contenção dos Estados Unidos e da preconização de um sistema multipolar. Entretanto, acredita-se que a CEPAL poderia valer-se de tal aproximação como forma a angariar aportes (capitais, técnicos, etc.) e

estabelecer arranjos cooperativos ao quadro do desenvolvimento econômico estrutural da região. A arregimentação de projetos com a Rússia possui força para angariar ações de cooperação técnica de cunho social, cultural e econômico. Sendo que este último é passível de delimitação em termos industriais e de infraestrutura.

No terreno social, é passível de aproveitamento a participação russa em projetos pautados pelo ímpeto de aprofundar parcerias culturais e educacionais. Atende à América Latina e atende aos interesses russos de manter e/ou refundar aspectos culturais e linguísticos aos compatriotas (descendentes de russos) no exterior, funcionando enquanto uma política de expansão de um *soft power* russo.

Em termos econômicos, e aqui reside nicho fundamental para alavancar o desenvolvimento dos países latino-americanos, ao qual está vinculado diretamente o progresso social. Neste sentido, acredita-se que poderá valer ao âmbito da CEPAL projetos de cooperação técnica que deem conta de desenvolvimento científico-tecnológico, industrial e de infraestrutura. Da mesma forma que se valerá de aumento nas trocas comerciais. Especifica-se então, em termos de desenvolvimento de ciência e tecnologia, a ampla possibilidade de parcerias com instituições de ensino russas, bem como transferência de conhecimento efetivada através das parcerias comerciais e industriais.

Em termos industriais, especificamente indústria de defesa, frente o significativo aporte comercial de armamentos entre a Rússia e países latino-americanos, compete utilizar-se desta relação comercial enquanto ímpeto ao desenvolvimento de projetos técnicos-cooperativos que instiguem a transferência de tecnologia. Desta forma, auferir-se auxílio ao desenvolvimento da indústria de defesa dos países (notadamente tal fato estará vinculado

àqueles países mais de ponta), angariando desenvolvimento econômico de base estrutural aos moldes requeridos e/ou preconizados pela CEPAL. O aporte aos menos desenvolvidos do bloco resultará das interações em termos de integração regional, como por exemplo, dos frutos advindos do avanço da infraestrutura física na região, nicho o qual também acredita-se pode ser favorecido nestes termos de cooperação técnica internacional.

Em se tratando de infraestrutura, o aporte cooperativo pode ser resultado de projetos de cooperação técnica de forma direta e indireta. Indiretamente enquanto resultado da cooperação industrial, mas de forma direta por se tratar de nicho fundamental para alavancar o desenvolvimento econômico latino-americano, propiciando estrutura necessária para parques industriais, mas também impulsionando a integração do continente e, em sua esteira, alçando ainda mais o comércio intraregional via facilitação do escoamento de mercadorias. Nesta perspectiva, a Rússia já demonstra interesse a partir de projetos como construções de hidrelétricas, mas principalmente pela participação do Canal Transoceânico da Nicarágua. Parece viável não desperdiçar oportunidades que servirão/atenderão aos objetivos máximos cepalinos.

Nascida em momento oportuno ao Sistema Internacional, vinculada amplamente às premissas de não alinhamento dos países em desenvolvimento, parece que é chegada a hora de recolocar à pauta da CEPAL vinculações extra-regionais que, ao fim e ao cabo, priorizem ou enfatizem o desenvolvimento econômico estrutural e sustentável dos países latino-americanos e caribenhos, pauta máxima da Comissão. Ainda, se há dúvidas na efetividade em torno de projetos conjuntos, importa evocar um traço analítico basilar da CEPAL: a participação estatal enquanto propulsora do desenvolvimento. Tal acepção é compartilhada com as premissas russas de desenvolvimento econômico, vias da qual, o Estado é agente indutor fundamental deste.

De modo geral acredita-se que, frente a conjuntura internacional posta, o relacionamento entre a Federação Russa e os países latino-americanos e caribenhos tendem a ganhar em importância. Tal fato é perceptível quando analisada a similitude de posições das partes em questões chave da agenda internacional, bem como a existência de uma solidariedade mútua frente a situações complexas da arena internacional. Sem contar que há um considerável nível de complementariedade das economias, havendo espaço para exportações de produtos bem como trocas de conhecimentos e experiências em diversas áreas afins.

Reitera-se ciência de, ademais do ímpeto aumento do fluxo econômico (comércio, investimentos, etc.) e aprofundamento de relações (política, diplomáticas, de transferência de ciência e tecnologia) com os países latino-americanos e caribenhos, a Rússia atua na região com prerrogativa clara: defesa de seus interesses políticos e estratégicos. Tal posicionamento é visto por muitos analistas enquanto uma resposta de Moscou ao avanço do Ocidente) a suas fronteiras. Sim, é factual esta análise. Contudo, acredita-se que os países cepalinos possam tirar proveito deste jogo político angariando recursos, financiamentos, tecnologias, projetos de cooperação que sirvam ao desenvolvimento e fortalecimento dos processos econômicos locais.

REFERÊNCIAS

BACIGALUPO, Graciela Zubezú. As Relações Russo-Brasileiras no Pós-Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.43, nº002, 2000, p. 59-86.

BARRAGY, Terrence J. **The Diplomatic Penetration of Imperial Russia into South America**. Wisconsin, 1961.

BEM, Judite Sanson de. **Estado e economia na América Latina: a construção do**

pensamento neo-estruturalista cepalino. Passo Fundo: Clio, 2003

BEM, Judite Sanson de. **Estado e Economia na América Latina: a Construção do Pensamento Neo-Estruturalista Cepalino**. Porto Alegre, 2005. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2005_10.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2016.

BEM, Judite Sanson de. Uma análise da construção do pensamento neo-estruturalista cepalino: as contribuições da crise e do pensamento liberal à redefinição do papel do estado na América Latina. **Tese de Doutorado** (História Íbero Americana). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cincuenta años de pensamiento de la cepal: una reseña. IN: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago: CEPAL, 1998, p. 9-61.

BOERSNER, Demetrio. **Relaciones Internacionales de America Latina: breve historia**. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Estratégia Nacional e Desenvolvimentismo. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 2 (102), abril-junho/2006, pp. 203-230.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **A Cooperação Internacional no Novo Contexto Mundial: reflexões da América Latina e do Caribe**. Brasília, 2010.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **Informe de las Actividades de Cooperación Técnica realizadas por el sistema de la CEPAL durante el biênio 2014-2015**. 2016. Ciudad de México, 2016.

CEPAL – Comisión para América Latina y el Caribe. Cooperación. 2016. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/cooperacion>>. Acesso em março de 2016.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CORONEL, Daniel Arruda; FILIPPI, Eduardo Ernesto. O Desenvolvimento Rural nas Óticas da CEPAL e do Banco Mundial. **Anais**. XLV Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/6/803.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2016.

DAVYDOV, Vladímir. Contexto y Contenido de la Cooperación Ruso-

Latinoamericana. **Iberoamérica**. N. 1, 2016, p. 5-35.

HAFFNER, Jaqueline Angélica Hernández. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950- 1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HALUANI, Makram. Rusia en América Latina: variables, implicaciones y perspectivas de su presencia en el hemisferio occidental. **Revista Politeia**. Vol. 36, n. 51, 2013, p. 83-124.

MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2009.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Vozes, 1985.

NERY, Tiago. A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da Cepal nos anos 1950 e 1990. **Dissertação** (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais. 2004.

PANIEV, Yuri. Russia Turning on Latin America. **Austral**. Vol.1, n. 1, jan/jun, 2012, p. 69-87.

PESOV, Eduard. Rusia aumenta su presencia militar en América Latina en respuesta a la OTAN. *Russia Beyond the Headlines*. 16 de abril de 2015. Disponível em: https://es.rbth.com/internacional/2015/04/16/rusia_aumenta_su_presencia_militar_en_america_latina_en_respues_49027. Acesso em 05 de julho de 2016.

PREBISCH, Raul. Interpretação do Processo de Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, 1951, p.7-135.

QUENAN, Carlos. Dinámicas económicas, inserción internacional y transformaciones sociales. IN: QUENAN, Carlos; VELUT, Sébastien. **Los desafíos del desarrollo en América Latina: dinámicas socioeconómicas y políticas públicas**. Paris: AFD, 2014, p. 25-166.

ROSSTAT. External Trade of the Russian Federation with other countries. 2016. Disponível em <http://www.gks.ru/bgd/regl/b15_12/IssWWW.exe/stg/d02/27-06.htm>. Acesso em 20 de julho de 2016.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of The Russian Federation**. 2000. Disponível em: <<http://www.russiaeurope.mid.ru/russiastrat2000.html>>. Acesso em 20 de julho de 2016.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of The Russian Federation**. 2008. Disponível em: <<http://archive.kremlin.ru/eng/text/docs/2008/07/204750.shtml>>. Acesso

em 20 de julho de 2016.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. Moscow, Feb. 2013. Disponível em: <http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/76389FEC168189ED44257B2E0039B16D>. Acesso em 20 de julho de 2016.

SEGRILLO, Ângelo. **O fim da URSS e a Nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yelstin**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SHEVTSOVA, Lilia. **Russia - Lost in Transition: The Yelstin and Putin Legacies**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2007.

STEPANOV, Antón (dir.). Canal de Nicaragua. Infográfico. **RiaNovosti**. Moscou, 16 de abril de 2015. Disponível em <https://es.rbth.com/internacional/2015/04/16/rusia_aumenta_su_presencia_militar_en_america_latina_en_respues_49027>. Acesso em 05 de julho de 2016.

UN - United Nations. **Resolution 64/222: Nairobi outcome document of the High-level United Nations Conference on South-South Cooperation**. Nairobi. 2009.